

## RESENHA

### ***INVISIBLE HANDS. SELF-ORGANIZATION AND THE EIGHTEENTH CENTURY* DE JONATHAN SHEEHAN & DROR WAHRMAN<sup>1</sup>**

Leonardo André Paes Müller<sup>2</sup>

#### **A invisibilidade da metafísica**

Provavelmente o uso mais conhecido da metáfora da mão invisível no século XVIII (e talvez não apenas nele) encontra-se na obra de Adam Smith, que menciona uma “mão invisível” em três momentos diferentes: a *Teoria dos sentimentos morais* (1759), a *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), e no ensaio póstumo intitulado *História da Astronomia* (1793)<sup>3</sup>. Não obstante, e essa é a tese do livro aqui resenhado, “a célebre *mão invisível* espontânea (*self-organizing*) de Adam Smith é apenas um produto, e não necessariamente dos mais notáveis, de um ambiente intelectual e cultural mais variado e mais amplo”.<sup>4</sup> É esse ambiente ou panorama (*landscape*) que os autores pretendem mapear e, para tanto, buscam delimitar o desenvolvimento de uma noção de

Ordem que se estendia para além da visão de mundo mecanicista bem como da tradicional ideia de uma providência. (...) Como resposta à questão do que garantiria a harmonia e a ordem em um mundo repleto de acaso, os contemporâneos de Smith ofereceram (...) a noção de que sistemas complexos, entregues a si mesmos, gerariam a ordem de modo imanente, sem direcionamento externo, por meio de auto-organização.<sup>5</sup>

Nessa perspectiva, a metáfora da mão invisível seria apenas um dispositivo, que os autores chamam de “linguísticos”, mas que talvez fosse mais adequado denominar de

---

<sup>1</sup> SHEEHAN, Jonathan & WAHRMAN, Dror. *Invisible Hands. Self-Organization and the Eighteenth Century*. Chicago: Chicago University Press. 2015. 375p.

<sup>2</sup> Pós-doutorando em filosofia (FFLCH-USP). Bolsista PNPd/Capes. E-mail: lapmuller@gmail.com

<sup>3</sup> Trata-se de um texto de datação incerta, mas que é usualmente considerado um texto juvenil, sua redação sendo geralmente atribuída ao final da década de 1740 ou início da década de 1750 (ver EPS, pp.5-11).

<sup>4</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. XVI-XVII

<sup>5</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. X-XI.

*retóricos*, a que cientistas, filósofos, poetas e polemistas do século XVIII recorreram, na tentativa de lidar com determinadas inovações conceituais, que levaram à substituição dos modelos herdados do século XVII, em que o mundo é concebido como uma máquina criada por um artífice, por uma realidade em que nada é criado e tudo se organiza por si mesmo. Uma das desvantagens de não tomar a metáfora de Smith como um ponto crucial, tratando-a como mais uma dentre muitas manifestações, é um certo efeito de nivelamento. Assim, o que os autores denominam de “linguagem da auto-organização” seria feita de metáforas hidráulicas, onde tudo caminha para o mesmo nível,<sup>6</sup> como líquidos em um sistema de vasos comunicantes, ou o mar, que, apesar de ondas e marés, e por vezes mesmo de tempestades, retoma sempre a seu nível,<sup>7</sup> linguagem que oscila entre noções como as de providência<sup>8</sup> e de impulsos ou instintos,<sup>9</sup> na tentativa de lidar com uma natureza governada pelo acaso,<sup>10</sup> onde acidentes desempenham um papel central,<sup>11</sup> e a relação entre causas e efeitos é altamente problemática – e efetivamente problematizada, recorrendo-se, por exemplo, à probabilidade<sup>12</sup> –, em particular no que tange ao comportamento de agregados, como deixam claro as numerosas alusões ao comportamento errático e irracional das multidões.<sup>13</sup>

Mas a verdade é que se tratam, por detrás dessas metáforas e modelos, de soluções essencialmente diferentes para o problema da ordem. Assim, o modelo hidráulico, concebido nos domínios da fisiologia mecanicista, oferece uma explicação técnica, que toma os fenômenos naturais como efeitos de uma providência; sua extensão a uma teoria da terra não põe de lado essa implicação, ao contrário, a reforça. Por outro lado, problematizar a relação entre causas e efeitos conduz a substituir a noção de necessidade estrita pela de probabilidade, modelo de explicação que efetivamente dispensa o recurso a uma providência. Aqui, uma concepção de sistema como resultado da agregação de fenômenos; ali, o sistema como produto de uma montagem deliberada. São esquemas que, uma vez aplicados aos fenômenos, produzem resultados bastante diferentes. E a verdade é que a mão invisível de Smith pode e deve ser lida como a bem-sucedida tentativa de síntese entre esses modelos divergentes, pensando a ideia de uma técnica não-intencional como força propulsora de organização da experiência pela imaginação humana. Portanto, longe de ser mais uma dentre muitas posições, a de Smith é, a bem dizer, uma posição

---

<sup>6</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 229-230.

<sup>7</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 247-248.

<sup>8</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p.252.

<sup>9</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 170-172.

<sup>10</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p. 242.

<sup>11</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p. 163.

<sup>12</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 59-71.

<sup>13</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 99-110.

privilegiada, de quem meditou profundamente certos impasses teóricos que marcaram a filosofia e as ciências do século XVIII.

Talvez o momento mais feliz do livro seja o terceiro capítulo, que mostra uma “a súbita erupção de experimentos” com o vocabulário ligado à questão da organização. Os autores ligam esse fenômeno, ocorrido no plano das ideias, a fenômenos de ordem histórica, em particular as duas crises financeiras ocorridas em 1720, uma na Inglaterra, com a quebra da *South Sea Company*, e outra na França, com a falência do sistema montado por John Law (provocada por uma companhia ligada à exploração dos territórios franceses na América do Norte, em 1716, e que evoluiu para um enorme esquema, que envolvia o monopólio da cunhagem e emissão de notas associados a uma série de mecanismos visando aliviar a dívida real e aumentar o crédito público). O capítulo em questão mapeia minuciosamente as supostas consequências culturais e intelectuais de ambos os eventos, que vão de um espanto generalizado (as citações vão de polemistas anônimos a Pope e Swift, passando por Newton e Walpole), a teorias mais ou menos consistentes a respeito das ocorrências enquanto tais (Isaac Gervaise e Cantillon). De fato, o capítulo é um bom exemplo do misto de história cultural e intelectual que os autores se propõem a fazer.<sup>14</sup> É o ápice da primeira metade do livro, dedicada à “história moderna da auto-organização”, que teve início, de acordo com os autores, “em fins do século 17, culminando com a eclosão de 1720”.<sup>15</sup> Não fica claro se e em que medida as teorias anteriores a respeito de ordem e organização seriam tributárias de eventos históricos similares: ideia um tanto inusitada, que o modo de proceder dos autores não deixa, mesmo assim, de sugerir ao leitor.

É questionável que o restante da obra tenha o mesmo interesse. Na segunda parte do livro, pretende-se mapear “a aplicação e elaboração da linguagem da auto-organização na segunda metade do século, através de múltiplas disciplinas e domínios de conhecimento, examinando suas implicações e consequências”.<sup>16</sup> O campo da história cultural é deixado de lado, e adentramos o que se poderia chamar de história das ciências, começando pela biologia (cap. 4), passando à cognição (cap. 5), à teoria social (cap. 6), e terminando com a política (cap. 7). Se a primeira parte era organizada por duas grandes hipóteses (o paradigma da auto-organização é uma espécie de via intermediária entre mecanicismo e providencialismo, que passa a ser sistematicamente empregado a partir das crises financeiras de 1720), a apresentação dos desdobramentos dessa linguagem nas décadas subsequentes do século é feita simplesmente seguindo-se essa ordem temática, ou, pior, como no cap. 6, onde uma série de exemplos é citada seguindo-se a ordem cronológica de publicação!

---

<sup>14</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp.XIII-XIV.

<sup>15</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p. XV.

<sup>16</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p. XVI.

Não que os autores ignorem tensões e embates próprios a cada ciência, mas eles acabam relegados a pequenos comentários e notas que se perdem em meio a um emaranhado de citações justapostas. Embora comecem pela “biologia”, ou, mais propriamente dizendo, pelas ciências e artes que perfaziam o domínio da *história natural*, não ocorre aos autores investigar as relações de transposição e apropriação dos modelos teórico-conceituais divisados por essas ciências para outros campos de conhecimento que então se esboçavam. Assim, por exemplo, a “epistemologia” de Condillac depende, como se sabe, da noção de organização específica do corpo humano; a “economia” dos fisiocratas está baseada em um modelo iatromecanicista de circulação; a política de Rousseau não prescinde de certas noções gerais herdadas da química. São apenas alguns exemplos, que, se devidamente analisados, mostrariam não tanto um predomínio de noções naturalistas no Século das Luzes como a importância de certos modelos e conceitos que, forjados pelos filósofos-naturalistas, revelarão sua força e abrangência quando aplicados aos mais diversos domínios da reflexão. Recusando-se a estabelecer essas relações, de resto, amplamente sugeridas pela literatura crítica, os autores permanecem no plano da descrição. Não é uma obra com implicações conceituais, mas um painel, parcial e meramente descritivo, de um período que muitos outros já compreenderam bem mais a fundo, sob as mais diversas perspectivas.

A essa opção vem somar-se um anacronismo de valor questionável. Como explicam no prefácio, os autores utilizam uma noção de linguagem derivada de Wittgenstein e tomam a linguagem dos filósofos e homens de ciência como algo que é mais “nebuloso e maleável” do que coerente, onde as ligações se dão por analogia, “ou, para falarmos com Wittgenstein, por semelhanças familiares”, produzindo um efeito em que “as coisas são reunidas apesar de evidentes diferenças e mesmo contradições entre elas”.<sup>17</sup> A linguagem da auto-organização seria assim uma espécie de entidade relativamente autônoma, utilizada indistintamente em toda e qualquer situação, pelos mais diferentes teóricos. Um exemplo dentre muitos mostrará a maneira indiscriminada como os autores aplicam esse operador geral:

A linguagem da auto-organização era suficientemente flexível e abrangente (*capacious*) para ser mobilizada por posições incompatíveis mesmo perante ao panorama altamente polarizado [como o debate a propósito da revolução francesa na Grã-Bretanha ao longo da década de 1790]. Se um escritor conservador [Charles Daubeny] podia acalmar seus leitores afirmando que a ruptura revolucionária não traria consequências nefastas no longo prazo porque ‘quando a sociedade retomar sua forma (*again settles into*

---

<sup>17</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, p. XII.

*form*), como ela naturalmente deve fazer, todos os homens encontrarão o seu nível e local apropriado (*proper level and station*), por outro lado, uma voz progressiva [Denis O'Brien] encontrava na mesma lógica o consolo (*equal reassurance*) de que não havia motivos (*grounds*) para temer a importação de “princípios franceses” na Grã-Bretanha, uma vez que “é absurdo imaginar que alguma sociedade poderia adotar (*embrace*) doutrinas destruidoras de toda sociedade: pois a aptidão humana (*for human fitness*) certamente encontrará o seu nível próprio”. Ambos, de suas respectivas perspectivas, estavam corretos.<sup>18</sup>

É certo que se trata aí de um mesmo vocabulário, empregado em uma situação crítica, e, portanto, dada a produzir significados distintos para as mesmas palavras. Contudo, antes de concluir que “ambos estavam corretos”, teria sido mais prudente explorar as diferenças por trás de termos como “nível adequado (*proper level*)” e “seu nível próprio (*its own level*)”: em um caso, parece haver um nível geral de todas as sociedades, em outro, um nível específico, propriamente britânico. É uma diferença crucial, entre uma compreensão geral e uma compreensão comparada dos fenômenos políticos e suas implicações sociais. Para perceber essas nuances, não é preciso recorrer a Wittgenstein: basta lembrar que no século XVIII era vigente uma ciência chamada “gramática geral”, herdeira moderna da retórica antiga, dedicada à compreensão e exposição dos vínculos lógicos entre os termos gerais que formam a linguagem e são responsáveis pela abstração e pelo raciocínio. Mas *Invisible hands* faz pouco desse saber, e, nesse caso, o anacronismo cobra um preço alto, especialmente no que tange à metáfora de Smith.

Retomemos brevemente o uso “não particularmente digno de nota” e “não especialmente inovador” que Adam Smith faz da imagem de uma mão invisível. O primeiro exemplo se encontra no início da *História da Astronomia*, na seção intitulada “Origem da filosofia”:

Pode ser observado que, em todas as religiões politeístas, entre selvagens assim como nas primeiras eras da Antiguidade pagã, apenas os eventos irregulares da natureza são atribuídos à agência e ao poder dos deuses. O fogo queima, a água refresca; os corpos pesados caem e as substâncias mais leves sobem pelos ares (*fly upwards*) pela necessidade de sua própria natureza; nunca se notou a mão invisível de Júpiter ser empregada nesses assuntos (*nor was the invisible hand of Jupiter ever apprehended to be employed in those matters*).

---

<sup>18</sup> SHEEHAN & WAHRMAN, *Invisible Hands*, pp. 276-277.

Mas esses eventos mais irregulares, os trovões e os raios, as tempestades e o bom tempo (*sunshine*), eram atribuídos a seu favor ou a sua ira.<sup>19</sup>

A metáfora da mão-invisível era invocada unicamente para explicar os eventos irregulares da natureza, cuja inconstância e imprevisibilidade eram atribuídas à vontade divina concebida nos moldes da vontade humana. Em tempos bárbaros, antes que a “lei estabelecesse a ordem e a segurança, fazendo com que a subsistência deixasse de ser precária, a curiosidade da humanidade aumentasse e seus medos diminuíssem”, a “superstição tomava o lugar da filosofia” lançando mão de explicações antropomórficas: a mão invisível pertencia a uma divindade em particular, no caso Júpiter, cujo arbítrio seria capaz de “parar ou alterar o curso que os eventos naturais tomariam se deixados em si mesmos”.<sup>20</sup> A explicação de Smith não deixa de ecoar os ensaios de Hume<sup>21</sup> onde apenas a lei é capaz de criar uma situação na qual há tempo livre (*leisure*) para que os indivíduos “se tornem mais atentos às aparências da natureza, mais observadores de suas pequenas irregularidades e mais desejosos de conhecer a cadeia que as mantêm todas unidas”.<sup>22</sup> Antes disso apenas eventos grandiosos e pouco frequentes conseguiam atrair atenção suficiente para que uma explicação fosse necessária.

Completamente diferente é o emprego dessa expressão na *Teoria dos sentimentos morais*, onde Smith invoca explicitamente a providência e faz referência à virtude da prudência. Como vários comentadores notaram, essa passagem é, provavelmente, uma refutação ao *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) de Jean-Jacques Rousseau, previamente resenhado por Smith em uma de suas contribuições para a *Edinburgh Review* (1756). Nessa resenha, Smith seleciona e traduz três trechos da obra de Rousseau, dos quais um será parcialmente repetido, de maneira quase literal, nessa passagem da *Teoria*.<sup>23</sup>

Nessa mesma resenha, Smith ainda acusa Rousseau de compartilhar os mesmos princípios de Mandeville, embelezando-os com sua retórica refinada e uma dose de “alquimia filosófica” (*philosophical chemistry*).<sup>24</sup> Dado importante, uma vez que sua recuperação da virtude da prudência também visa o sistema licencioso do médico holandês, uma espécie de moralismo às avessas: só há virtude na perfeição, e, como todo comportamento humano é imperfeito, segue-se daí que todo comportamento humano é

---

<sup>19</sup> SMITH, Adam. *Essays on Philosophical Subjects*, pp.49-50.

<sup>20</sup> SMITH, Adam. *Essays on Philosophical Subjects*, p. 50.

<sup>21</sup> Lê-se, no ensaio *Do surgimento e progresso das artes e das ciências*: “Da lei surge a segurança; da segurança, a curiosidade; e da curiosidade, o conhecimento” (in HUME, *A arte de escrever ensaio*, p.89).

<sup>22</sup> SMITH, Adam. *Essays on Philosophical Subjects*, p. 50.

<sup>23</sup> SMITH, Adam. *Essays on Philosophical Subjects*, pp. 251-252; *The Theory of Moral Sentiments*, IV.1.10, pp.183-184.

<sup>24</sup> SMITH, Adam. *Essays on Philosophical Subjects*, p. 250.

vicioso.<sup>25</sup> Esse sistema é erigido sobre um sofisma, que reduz tudo ao amor-próprio (*self-love*), e não reconhece, portanto, a existência de qualquer tipo de ato não egoísta.<sup>26</sup> Contra Mandeville, não deixou de haver quem insistisse na existência de atos desinteressados, irreduzíveis, portanto, ao amor-próprio. É o caso de Francis Hutcheson, cuja *Investigação sobre as ideias originais do belo e do bem* (1725) foi concebida, em sua primeira edição, como uma refutação da *Fábula das abelhas* (1714). Entretanto, aos olhos de Smith, a teoria de Hutcheson, que advoga um senso moral inato ou natural, refutava apenas o sofisma, deixando intactos os princípios de Mandeville:

Portanto, uma vez que a mescla de algum motivo egoísta, a exemplo de uma liga com metal inferior, diminuiria ou removeria inteiramente o mérito que do contrário pertenceria a uma ação, seria evidente, imaginava o Dr. Hutcheson, que a virtude deveria consistir unicamente em benevolência pura e desinteressada.<sup>27</sup>

Se tivermos em mente esse debate, ao qual vem se juntar Hume (*Investigação sobre os princípios da moral*, 1754), a insistência smithiana no caráter virtuoso da prudência adquire contornos bem precisos: atos egoístas podem, sim, ser virtuosos, basta, para tanto, que sejam corretamente pesados em relação aos interesses alheios e visem, sobretudo, a segurança do indivíduo.<sup>28</sup> E há uma forma virtuosa de lidar com os “objetos do autointeresse (*self-interest*)”, a saber, a prudência.<sup>29</sup> É sobre esse pano de fundo moral que Smith lança mão de sua famosa metáfora na *Riqueza das nações*:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele [o capitalista] tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da

<sup>25</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VII.ii.4.11, pp. 311-312.

<sup>26</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VII.ii.4.7, pp. 308-309.

<sup>27</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VII.ii.3.6, p. 302; *Teoria dos sentimentos morais*, trad. Lya Luft, p.375.

<sup>28</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VI.1.6, p. 213.

<sup>29</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VII.ii.3.16, p. 304.

sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.<sup>30</sup>

Além da referência à segurança pessoal, Smith segue sua argumentação remetendo explicitamente à prudência,<sup>31</sup> fazendo dela um bom critério para o soberano guiar sua conduta pública: “O que é prudente na conduta de qualquer família particular dificilmente constituirá insensatez (*folly*) na conduta de um grande reino”.<sup>32</sup> A prudência é a virtude responsável pela boa governança (ou administração) dos interesses pessoais e, dando um passo a mais, pela regulação do que Smith denomina de paixões egoístas.<sup>33</sup> Elas devem ser compreendidas ao lado dos outros dois tipos de paixões, as sociáveis e as insociáveis, cada uma gerando um tipo peculiar de interação social e tendo uma virtude que lhe corresponde: as paixões egoístas geram uma interação social característica das relações comerciais, sendo reguladas pela prudência; as paixões insociáveis produzem uma interação social conflituosa, que cabe à justiça coibir; e as paixões sociáveis uma interação cooperativa, característica do que Smith denomina de benevolência.<sup>34</sup> A jurisprudência natural é a ciência que lida predominantemente com o conjunto paixões insociáveis-relações conflituosas-justiça, a economia política lida predominantemente com o conjunto paixões egoístas-relações econômicas-prudência (não há na obra de Smith, ao menos não explicitamente, uma ciência que lide com o terceiro conjunto: paixões sociáveis-relações cooperativas-benevolência).

O sistema moral (e social) de Smith tem em sua base uma tipologia das paixões, sobre a qual se constrói uma característica das virtudes. Seu uso da “linguagem da auto-organização”, particularmente na *Riqueza* e na *Teoria*, torna-se incompreensível sem que isso seja levado em conta: ali, essa metáfora é empregada por Smith exclusivamente para explicar o funcionamento regular da economia em sociedades bem ordenadas e prósperas.<sup>35</sup> Na *Riqueza* são os capitalistas, na *Teoria* são os ricos proprietários fundiários que

<sup>30</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, IV.ii.9, p. 456; *A riqueza das nações*, trad. L. Baraúna.

<sup>31</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, IV.ii.11, p. 456.

<sup>32</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, IV.ii.12, p. 457.

<sup>33</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, I.ii.5, pp. 40-43.

<sup>34</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, II.ii.3.1-3, pp. 85-86.

<sup>35</sup> As relações sociais geradas pelas paixões insociáveis esgarçam o elo social e não podem ser deixadas em seu curso natural (como as relações econômicas): sua “observância não se lega à liberdade de nossa própria vontade, mas, ao contrário, pode ser extorquida à força, e cuja violação expõe ao ressentimento e, consequentemente, à punição. Essa virtude é a justiça (...)” (*Theory*, II.ii.1.5, p.79). Tais relações exigem assim um conjunto de regras positivas e um corpo de magistrados especializado em fazê-las valer: “A sabedoria de cada Estado ou república (*commonwealth*) empenha-se, tanto quanto possível, em empregar a força da sociedade para coibir os que são sujeitos à sua autoridade, de prejudicar ou perturbar a felicidade uns dos outros. As regra estabelecidas para esse fim constituem as leis civil e criminal de cada Estado ou país em particular” (*Theory*, VI.ii.intro.2, p. 218). A mão que regula a justiça é, portanto, perfeitamente visível.



são conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para multiplicar a espécie. Quando a providência dividiu a terra entre uns poucos orgulhosos senhores, não se esqueceu e tampouco abandonou os que pareciam ter ficado de fora dessa partilha.<sup>36</sup>

Em ambos os casos a questão central diz respeito seja ao desconhecimento de seus próprios interesses – como é o caso da classe de proprietários fundiários<sup>37</sup> e de proprietários fundiários e capitalistas em conjunto<sup>38</sup> –, seja, mais fundamentalmente, à impossibilidade de se perscrutar a totalidade de elos na cadeia de causalidade social – os capitalistas, na medida em que, constante e arduamente envolvidos em seus projetos mercantis, são argutos conhecedores de seu próprio interesse,<sup>39</sup> o que porém não os auxilia no sentido de prever as consequências globais de seus atos, uma vez que, nas modernas sociedades comerciais, a divisão do trabalho atingiu tal grau de que mesmo as mercadorias mais ordinárias, que compõem a cesta de bens de consumo dos trabalhadores, envolve tamanha massa de trabalhos dos mais variados que “excede todo cálculo (*exceeds all computation*)”.<sup>40</sup> Em suma, porque a divisão do trabalho atingiu tal grau de complexidade que foge a toda tentativa de apreensão racional, o campo da economia é marcado por uma espécie de obscuridade a respeito de seus mecanismos, por uma falta de transparência tanto por parte dos agentes diretamente envolvidos quanto por parte do soberano – o que implica na recusa de qualquer posição privilegiada em relação à totalidade das relações sociais.<sup>41</sup> Não deixa de ser irônico que a mesma expressão empregada por povos bárbaros antes do estabelecimento da lei civil para explicar alguns eventos irregulares da natureza, seja, a partir de determinado momento da história dessas mesmas sociedades, no qual o progresso atingiu tal ponto que a compreensão do todo escapa mesmo ao mais sagaz dos filósofos, empregada para descrever o funcionamento regular de alguns de seus mecanismos mais elementares. A mudança no registro do emprego dessa metáfora, da *História da Astronomia* em relação ao das obras posteriores, demonstra, por si só, que uma das consequências não intencionais do estabelecimento de um sistema de liberdade civil é o

<sup>36</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, IV.1.10, pp.184-5; *A riqueza das nações*, p.226.

<sup>37</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, I.xi.8, p. 265.

<sup>38</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, III.iv.17, p. 422; citado em *Invisible Hands*, p. 267.

<sup>39</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, I.xi.10, pp. 266-267.

<sup>40</sup> SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, I.i.11, p. 22.

<sup>41</sup> SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, VI.ii.2.17-8, pp. 233-234; *Wealth of Nations*, IV.ix.51-2, pp. 687-688.

incremento da complexidade das relações sociais para além da capacidade de raciocínio do ser humano.

Em última instância, é uma reconstrução das noções de ordem e totalidade que a metáfora da mão invisível traz consigo na *Teoria* e na *Riqueza*. Reconstrução indissociável, por um lado, de uma discussão moral (a ênfase na possibilidade de um egoísmo virtuoso), e, por outro, da constituição de uma ciência específica para lidar com esse tipo de agregado (a economia política). Com efeito, sem levar em conta esse tipo de questão se torna muito complicado discernir o que poderia haver de “digno de nota” e talvez até mesmo de “inovador” na obra de Smith nos momentos em que ele lança mão dessa “linguagem da auto-organização”. Quanto ao estatuto da metáfora, teria sido mais interessante compreendê-la como um modelo de explicação gramatical: na falta de um conhecimento claro e distinto de certa classe de fenômenos, falar em *mão invisível* lança luz sobre um processo de caráter inusitado, mediante o qual é forjada uma ordem, e construído um sistema, sem que, para tanto, haja qualquer inteligência ou intenção prévia. Passa-se assim do iatromecanicismo dos fisiocratas a um modelo de geração orgânica por agregação, de auto-organização em arranjo (*arrangement*). Gramática geral, fisiologia, economia política: tais são os domínios do saber que, no século XVIII, se devidamente percorridos, permitem situar de maneira mais adequada o gênio filosófico de Adam Smith. Mas então a história das ideias teria de dar lugar à história da filosofia, e *Invisible hands* seria um livro completamente diferente.

## Referências Bibliográficas

HUME, D. *A arte de escrever ensaio*. (P.P. Pimenta; M. Suzuki, trads.; P.P. Pimenta, org.). São Paulo: Iluminuras, 2009.

SMITH, A. (1759-1790). “The Theory of Moral Sentiments”. Edição de D.D. Raphael e A.L. Macfie. In *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith* (Vol.I). Oxford: Clarendon Press, 1976a (Citado como TMS).

\_\_\_\_\_. (1776). “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”. Edição de R.H. Campbell e A.S. Skinner. In *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith* (Vol. II em dois livros). Oxford: Clarendon Press, 1976b (Citado como WN).

\_\_\_\_\_. (1793). “Essays on Philosophical Subjects”. Edição de W.P.D. Wightman. In *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith* (Vol. III). Oxford: Clarendon Press e Indianapolis: The Liberty Fund, 1980 (Citado como EPS).

\_\_\_\_\_. *Teoria dos sentimentos morais* (L. Luft, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1999

\_\_\_\_\_. *A riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas*. (L. J. Baraúna, trad.). São Paulo: Abril Cultural (col.: Os Economistas), 1982.